

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Eváristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

A dimensão da crise

Já vulneradas por um **deficit** público oficialmente estimado em cinco por cento do Produto Interno Bruto e em sete por setores não oficiais, as contas do Governo intensificam sua contribuição ao descontrole inflacionário. Há sinais de que o incremento de preços segue rumo aos dois dígitos, caso alguma operação providencial, até o momento fora das cogitações das autoridades econômico-financeiras, não seja deflagrada para reverter **ex-abrupto** a tendência.

Não é só a sociedade que se encontra atemorizada diante da perspectiva nada animadora. Alarmado, o Governo tateia em meio às dificuldades na tentativa de impor algum referencial à ciranda dos preços, por meio de aumentos autorizados segundo critérios de órgãos especializados. Parece, todavia, proceder a realinhamentos acima de patamares sinalizados pela própria inflação, de que são exemplo as excessivas taxas de reajustes deferidas às mensalidades escolares.

Em relação ao controle do **deficit** público, a elevação de tarifas nos serviços oficiais acaba de ser determinada também em percentuais acima da inflação, em tentativa de repor nas burras do Tesouro as disponibilidades volatilizadas nos gastos imoderados da burocracia estatal. Está ciente, contudo, o Governo de que os ônus ministrados às economias privadas, se, por

um lado, podem aliviar conjunturalmente os encargos da União, por outro desatam as amarras inflacionárias. É um círculo vicioso dentro de outros ainda mais resistentes às ações de rompimento por meio de instrumentos monetários.

No plano externo, a crise pode ser dimensionada pelo inadimplemento de condições pactuadas com o Fundo Monetário Internacional para efeito de estabilização econômica, sem a qual ampliam-se as dificuldades do País para obter recursos indispensáveis à administração das contas externas. A falta de perspectivas geradas pela crise interna também produz um outro efeito dramático: a inibição dos investimentos de risco por parte do sistema privado estrangeiro.

Os caminhos da economia brasileira são invios. Ocultar a realidade não servirá à busca de soluções. O Governo realiza o esforço que lhe parece mais aconselhável para manter a situação sob controle. A falta de uma estratégia, só possível pelo concurso de compacta solidariedade política, há muito negada, adota táticas em cima da evolução dos acontecimentos. Mais que em qualquer outra fase, precisa contar com a colaboração das forças sociais mais ativas para fazer o País transpor o rubicão das adversidades até a alvorada eleitoral de 15 de novembro. É um dever que se impõe a todos os brasileiros.